

Lucia Maria Paschoal Guimarães

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo.
Professora titular de Teoria da História e Historiografia da UERJ.
Bolsista de Produtividade do CNPq. Sócia Honorária do IHGB.

D. João VI e a Gênese do Império Brasileiro na Obra de Varnhagen

O artigo examina a noção de continuidade no livro *História geral do Brasil*, escrito por Francisco Adolfo de Varnhagen – o visconde de Porto Seguro (1816-1878). De acordo com Varnhagen, a transferência da Corte lusitana para o Rio de Janeiro,

em 1808, constituiu a gênese do Estado imperial brasileiro.

Palavras-chave: continuidade; historiografia; Francisco Adolfo de Varnhagen; gênese do Estado imperial brasileiro.



The article examines the notion of continuity on the book *História geral do Brasil*, written by Francisco Adolfo de Varnhagen – the Viscount of Porto Seguro (1816-1878).

According to Varnhagen's interpretation, the transfer of the Portuguese Court to Rio de

Janeiro, in 1808, represented the genesis of Brazilian imperial State.

Keywords: continuity; historiography; Francisco Adolfo de Varnhagen; Brazilian imperial State genesis.

Em março de 1839, no número de lançamento da revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o cônego Januário da Cunha Barbosa, um dos idealizadores do Instituto, publicou o en-

saio *Lembranças do que devem procurar nas províncias os sócios (...) para remeterem à sociedade central*, considerado por José Honório Rodrigues "o primeiro plano de pesquisa histórica no Brasil".¹ Na extensa relação de testemunhos a arrolar, o

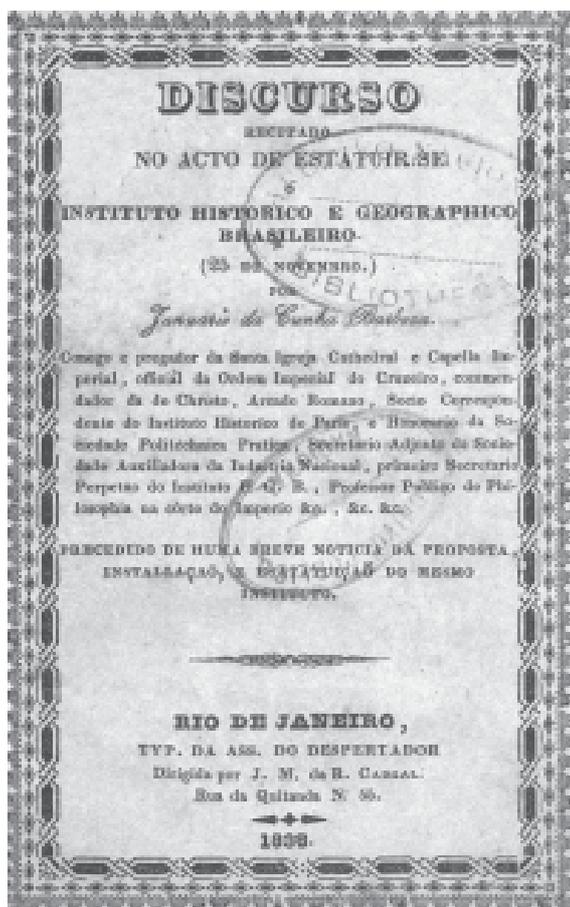
A**C****E**

cônego orientaria seus confrades, em primeiro lugar, a providenciarem cópias autênticas de documentos e extratos de notas compulsadas em secretarias, arquivos, cartórios civis e cartórios eclesiásticos.²

Convergindo com as indicações de Januário, outro sócio fundador do IHGB, José Silvestre Rebelo, propôs que o reduto intelectual se dirigisse à Câmara dos Deputados, solicitando autorização para que o Ministério dos Negócios Estrangeiros designasse um funcionário, adido às legações do Império em Madri e Lisboa,

com a missão de investigar e reproduzir manuscritos existentes nos arquivos ibéricos de interesse para a escrita da história do Brasil. A demanda recebeu a aprovação do governo, que nomeou para desempenhar aquelas funções o diplomata José Maria Amaral, mais tarde substituído por Francisco Adolfo de Varnhagen,³ assunto que iremos abordar mais adiante.

Para além das preocupações expressas com a pesquisa documental, Januário e Silvestre Rebelo mostravam-se atentos às formas correntes de fazer história, pois, se o século



Discurso recitado por Januário da Cunha Barbosa no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

XIX ficou conhecido como o século da história, tratava-se, sobretudo, da história do Estado-nação.⁴ E, no caso brasileiro, com justa razão. Recém-saído da condição de colônia, o Estado independente que se estabelecera, em 1822, buscava fixar suas origens, de maneira a compor um passado único e coerente que lhe conferisse legitimidade.⁵

O trabalho desenvolvido nos primeiros anos do Instituto Histórico não ficou restrito à organização da “memória de papel”, de acordo com a expressão cunhada por Leibiniz.⁶ Nem se limitou às atividades de um “atelier de trabalhos científicos”, em que pesem à erudição e ao cuidado que ali se dispensava à crítica documental.⁷ Construiu-se a memória nacional, consoante os pressupostos formulados por Pierre Nora, no livro *Les lieux de mémoire*, ou seja, “a formação gigantesca e vertiginosa de estoque de material, de tudo que nos é impossível lembrar; o repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de recordar” (grifo nosso).⁸

A ideia de constituir esse *estoque de material*, tal como define Nora, transparece tanto nas orientações externadas no ensaio de Januário da Cunha Barbosa, quanto na proposta de enviar missões de pesquisadores aos arquivos europeus, a que já nos referimos. Quanto à *necessidade de recordar*, ela se orientaria pelas condições originais em que os integrantes do IHGB, sobretudo o grupo dos políticos, dialogaram com as circunstâncias históricas. Afinal, dos 27 fundadores do Instituto, 14 eram homens públicos!⁹

A questão, portanto, se deslocava do âmbito acadêmico para se situar no plano da ação política. Deste patamar é que seriam tomadas as decisões sobre a conveniência de tornar públicos documentos, de arquivar fontes cuja veiculação prejudicava a imagem de determinados sócios, ou de censurar livros cujas versões de episódios históricos se mostrassem incompatíveis com o regime monárquico. E até mesmo de instituir a *arca do sigilo*: espécie de cofre-forte, idealizado por Francisco Freire Alemão, com o objetivo de entesourar “notícias históricas que alguém queira enviar, lacradas em cartas (...) que só serão abertas no tempo em que seu autor determinar”.¹⁰

Seja como for, a construção da memória nacional constituiu um longo e seletivo empreendimento, em que se buscou pinçar no “repertório” das experiências do passado os esclarecimentos que pudessem auxiliar na definição do presente. A nortear a organização do “estoque” das lembranças, estava a necessidade de levar adiante o projeto político iniciado em 1822 com a Independência, cujas bases se mostravam pouco estáveis, fragilizadas tanto pela falta de unidade das províncias, quanto por causa das dificuldades enfrentadas com a vacância do trono, que perduravam desde 1831, após a abdicação do primeiro imperador.

Mas de que maneira o Estado que emergiu nos antigos domínios americanos de Portugal começaria a “inventar suas tradições”?¹¹ No entender dos fundadores do

A

Instituto, a chave para solucionar o problema consistia em unir o passado ao presente, estabelecendo uma linha de continuidade. Assim, a Terra de Santa Cruz converteu-se em herdeira e sucessora do império ultramarino português. Legado que se sustentava não apenas no idioma comum, já que a Coroa brasileira se assentava sobre a frente de um descendente da Casa de Bragança. Subjacente a essa ideia forjou-se, ainda, a noção de que a passagem do estatuto de colônia para o de país independente fora um processo natural, sem traumas ou rupturas, traço singular que distinguia o país dos seus vizinhos no continente. À vista desse raciocínio, a antiga metrópole transformou-se na “mãe pátria” e o Império do Cruzeiro do Sul era percebido como uma espécie de ilha de ordem e tranquilidade, em contraste com “furores democráticos” que haviam marcado o processo de independência e o fracionamento da América espanhola.

A essa memória, cujas premissas se firmaram nos primeiros anos de atuação do IHGB, deveria corresponder uma determinada história. Mas qual história? Sem dúvida, não haveria de ser obra de estrangeiros, a exemplo do inglês Robert Southey.¹² Nem tampouco do francês, acusado de plágio por Southey, Alphonse de Beauchamp. Ainda que este último não discrepasse da noção de continuidade estabelecida pelo Instituto, ao concluir que “a independência do Brasil remonta à época da emigração da família de Bragança”.¹³

C

Tal história, por certo, deveria ser assinada, obrigatoriamente, por autor nacional. Nesse sentido, vale a pena rever as interpretações externadas em uma obra de expressiva circulação, adotada como leitura obrigatória no Colégio de Pedro II: o *Compêndio de história do Brasil*, de José Inácio de Abreu e Lima, publicado em 1843 e dedicado ao imperador.¹⁴

Nascido em Pernambuco, ex-combatente do exército de Simon Bolívar, Abreu e Lima não despreza o legado lusíada, embora também não lhe teça grandes elogios. O episódio da transferência da Corte bragantina para os seus domínios americanos, por exemplo, é explicado de maneira cartesiana: “cumpria escolher entre Portugal invadido e o Brasil intacto. Não ficava, portanto, ao regente outro recurso senão trocar uma situação precária na Europa por um vasto império na América”. Diga-se de passagem, ele parece ter sido o primeiro historiador brasileiro a registrar que aquela decisão não decorreu de um arroubo momentâneo. Salienta que a ideia da mudança da capital do império português para o continente americano já havia sido cogitada no passado,¹⁵ em outros momentos de instabilidade política do governo.¹⁶

O general admite que a presença da Corte trouxe algumas *vantagens* ao Brasil. Entretanto, não relaciona as instituições aqui estabelecidas por d. João, nem tampouco a quebra do monopólio metropolitano com o fim do sistema colonial. Inspirado, talvez, nos sucessos de Bolívar,

E

afirma textualmente: “a Independência foi obra de um povo que reivindica seus direitos (...), de um príncipe (d. Pedro) que previne os votos de seu povo; de um sábio (José Bonifácio) que firma a soberania da sua pátria (...)”.¹⁷ A versão de Abreu e Lima haveria de ser contestada por Francisco Adolfo de Varnhagen, mais tarde visconde de Porto Seguro, na *História geral do Brasil antes da sua separação de Portugal*, publicada pela primeira vez em Madri, no ano de 1854.¹⁸

Natural de Sorocaba, Varnhagen completou seus estudos em Portugal, para onde se transferiu ainda muito jovem.¹⁹ Ingressou na carreira militar e aderiu à causa do ex-imperador d. Pedro I, na disputa pelo trono português. Freqüentador das rodas literárias lisboetas, aproximou-se de Alexandre Herculano e do cardeal d. Francisco de São Luís, o que lhe valeu uma recomendação para ter acesso aos arquivos da Torre do Tombo. Lá, ele principiaria suas atividades na pesquisa documental, descortinando um tesouro quase intocado que soube explorar com maestria, como notou Capistrano de Abreu. Dentre inúmeros achados, descobriu por códice o apógrafo do *Roteiro do Brasil*, de Gabriel Soares de Sousa, cuja edição crítica lhe serviu de proficiência para ser admitido na Academia Real de Ciências de Lisboa.

Em 1840, licenciou-se do exército português e veio para o Rio de Janeiro, a fim de pleitear a nacionalidade brasileira. Na ocasião, foi eleito sócio correspondente do Instituto Histórico, que conforme já se

disse, naquela altura, havia iniciado um programa de investigação dos arquivos europeus, subsidiado pelo governo imperial. Porém, o primeiro pesquisador comissionado, o diplomata José Maria do Amaral, não pôde dar conta da tarefa que lhe fora confiada. Para substituí-lo, foi indicado o nome de Varnhagen, de reconhecida experiência no manuseio dos papéis da Torre do Tombo, e que também aspirava ingressar na carreira diplomática. Designado para levantar documentos relativos aos tratados de limites da América portuguesa, nos arquivos de Simancas, desempenhou com sucesso suas primeiras missões em Portugal e na Espanha, e recolheu a base empírica que lhe permitiu escrever a sua *História geral do Brasil*.

Não cabe no momento fazer uma apreciação minuciosa dessa obra monumental, composta por 54 capítulos, apoiados em farta documentação, cujos conteúdos se sucedem de acordo com a ordem cronológica dos acontecimentos. Entretanto, é importante sublinhar que, do ponto de vista interpretativo, a *História geral do Brasil* se apresenta como uma continuação da história da metrópole, coerente com a memória nacional que vinha sendo tecida pelo Instituto Histórico. A formulação aparece delineada com clareza, nomeadamente na edição de lançamento do primeiro volume do livro, o qual se inicia com a narrativa da viagem de Pedro Álvares Cabral. Para além disso, o autor sustenta a premissa dos direitos prévios da dinastia de Avis sobre as terras situadas na

A

parte leste do continente sul-americano, garantidos pelo Tratado de Tordesilhas.²⁰

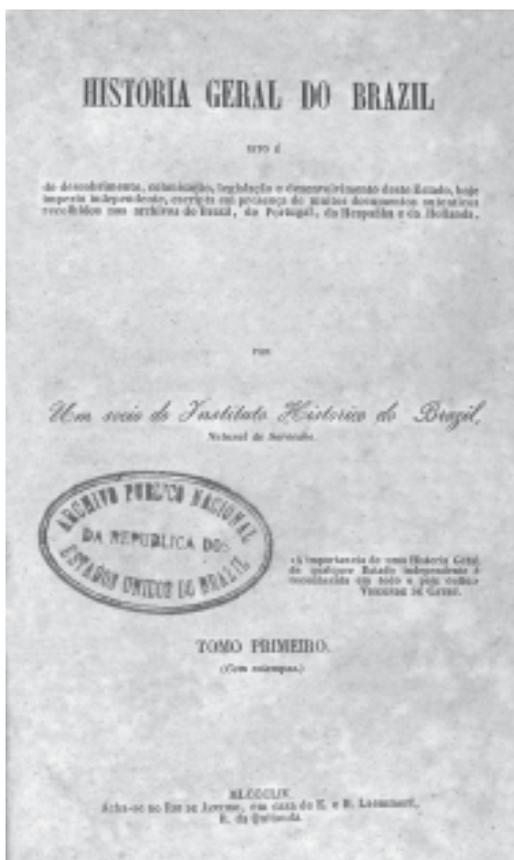
Quanto à transmigração da Corte, acontecimento com o qual arremata a sua narrativa, Varnhagen escovaria a contrapelo as premissas do general Abreu e Lima. Começa por advertir que o episódio possui diferentes dimensões para as histórias do Brasil e de Portugal: “Não pertencem à história especial do Brasil os pormenores das injustiças e horrores e atentados (...) praticados nessa aleivosa ocupação (francesa) (...). Pelo que respeita ao Brasil (...): em vez de colônia ou de

C

principado honorário, vai ser o verdadeiro centro da monarquia (...); e para nós daqui começa a época do reinado, embora o decreto de elevação a reino só veio a ser lavrado em fins de 1815”.²¹

O futuro visconde de Porto Seguro traça um perfil lisonjeiro de d. João, apoiado no relato do comerciante inglês John Luccock. Reconhece-lhe a natureza contemplativa e a forte devoção religiosa, porém adverte que o segundo filho varão de d. Maria I tornara-se rei por obra do destino. Não recebera, portanto, educação apropriada a um herdeiro da coroa, o que explicaria o

E



Folha de rosto do volume 1 da primeira edição da *História geral do Brasil*, de Francisco Adolpho de Varnhagen

seu comportamento reservado e até mesmo hesitante, quando se viu obrigado a assumir as rédeas do Estado.

Conhecida a personagem, o autor da *História geral* procura descrever o contexto em que irá introduzi-la. Faz um retrospecto das doutrinas políticas que circulavam do lado de cá do Atlântico, à época do desembarque da família real, seguida do relato das condições econômicas, administrativas e sociais da colônia. Completado o cenário, Varnhagen enuncia a deliberação que alterou definitivamente os destinos da América portuguesa: o decreto régio de 28 de janeiro de 1808, ou seja, o decreto da abertura dos portos, que “o emancipou (o Brasil) de uma vez da condição de colônia e o constituiu nação independente de Portugal, que estava aliás sujeito à França” (grifo nosso).²²

É importante ressaltar o pioneirismo do viés interpretativo inaugurado por Varnhagen acerca da dimensão político-econômica daquele decreto emblemático, mais tarde identificado como a ruptura do pacto colonial. Para se ter uma ideia, basta comparar com o que escreveu o historiador marxista Caio Prado Júnior, em 1933, passado quase um século, ao tratar da mesma questão: “O primeiro ato do regente, apenas desembarcado no Brasil, foi justamente (...) franquear os seus portos ao comércio das nações amigas, o que queria dizer – a Inglaterra. (...) A transferência da Corte constituiu praticamente a realização da nossa independência”.²³

Seja como for, o futuro visconde de Porto Seguro enumera e comenta as transformações que se operaram nos antigos domínios bragantinos, doravante convertidos em sede do aparato de Estado lusíada. Ao final do relato minucioso de tantas realizações e progressos, ele tangencia um problema espinhoso “tão pouco simpático, que, se nos fosse permitido passar sobre ele um véu, deixaríamos fora do quadro que nos propusemos traçar”. Trata-se da revolução pernambucana de 1817.

O historiador sorocabano simplesmente desqualifica a revolta de caráter emancipacionista, que começou em Pernambuco e se alastrou pelas capitâneas da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará. No seu ponto de vista, o movimento não passou de motim de quartel, provocado por militares insubordinados, insuflados por rivalidades locais e pela velha rixa entre pernambucanos e portugueses. E, quase num desabafo, conclui: “o braço da Providência, bem que à custa de lamentáveis vítimas e sacrifícios, amparou o Brasil, provendo em favor da sua integridade”.²⁴

De qualquer modo, Varnhagen não poderia arrematar a sua *História geral* com um acontecimento que confrontava a noção de continuidade, o fio condutor da sua narrativa desde a primeira página do livro. Além disso, na sua percepção, vale repetir, a chegada da corte portuguesa em 1808 representava “uma nova era, onde o Brasil se tornou o centro da monarquia regida pela casa de Bragança”. À vista dessas palavras, era de se espe-

A

rar que o episódio da proclamação da independência constituísse o *grand finale* da trama – o ponto culminante da obra, por excelência. Mas o historiador não se atreveu a cometer tamanha ousadia, como ele mesmo confessa em carta endereçada ao imperador d. Pedro II, em 1853, ao concluir a *História geral do Brasil*: “Desejava chegar com a redação ao ano de 1825 e compreender a Constituição, e reconhecimento da Mãe Pátria e o nascimento de V.M., mas não me foi possível. Tão espinhosa é por enquanto a tarefa da imparcial narração desse período, sobretudo para um nacional”.²⁵

C

No entanto, valendo-se de alguns artifícios, Varnhagen encaminha o problema e fixa a gênese do Estado nacional brasileiro. No último capítulo da *História geral*, intitulado “Escritores, viajantes e imprensa”, ele se propõe a fazer o que hoje em dia denominamos de balanço historiográfico, e examina as obras e respectivos autores que se ocuparam do período reinol. Da relação de letrados, destaca Hipólito da Costa e oferece um resumo das opiniões do publicista, divulgadas no jornal *Correio Braziliense*.

E

Assim, por meio de corte e colagem daquelas matérias, estrategicamente,



Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro

Varnhagen constrói a sua versão da Independência. Considera que a longa permanência da Corte lusíada no Rio de Janeiro organizara o sistema administrativo de tal modo que Portugal e Brasil se tornassem dois Estados diversos, ainda que sujeitos ao mesmo rei. Porém, adverte logo em seguida, existiam fortes interesses em jogo, e pondera que tal projeto não possuía grandes chances de ir avante, mormente se o monarca regressasse para a Europa, o que se mostrava inevitável.

O historiador dialoga com as reflexões de Hipólito e levanta duas interrogações: até quando o arranjo poderia perdurar? E, no caso da emancipação, qual regime político viria ser adotado? À primeira, sua

resposta é curta e incisiva: o rompimento se efetua em decorrência da revolução do Porto e seus desdobramentos. Quanto à segunda, deixa claro que não poderia ser a república, inspirada nos abomináveis princípios franceses, fonte da anarquia e do despotismo que assolavam os antigos territórios espanhóis no continente. Diante desses argumentos, apenas uma alternativa se mostra viável: a monarquia representativa. E, calcado na autoridade de uma abalizada testemunha de época, frei Francisco de Montalverne, Varnhagen fecha a questão: “os grilhões coloniais estalaram um a um entre as mãos de um príncipe, que a posteridade reconhecerá por o verdadeiro fundador do Império do Brasil”.²⁶

N O T A S

1. RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1978, p. 38.
2. BARBOSA, Januário da Cunha. Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para remeterem à sociedade central. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 128-130, 1839.
3. Entre os comissionados para aquelas funções, além de Francisco Adolfo de Varnhagen, cabe destacar Antônio Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa e Joaquim Caetano da Silva. Este último compulsou os arquivos holandeses e franceses.
4. Cf. BERGER, Stefan; DONAVAN, Mark; PASSOMORE, Kevin. Apologias for the nation-state in Western Europe since 1800. In: _____ (eds.). *Writing National Histories: Western Europe since 1800*. London and New York: Routledge, 1999, p. 3-14.
5. Cf. GUIMARÃES, Lucia Maria P. Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 156, n. 388, p. 459-613, jul./set. 1995.
6. Leibiniz, apud NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. In: _____ (dir.). *Les lieux de mémoire: la République*. Paris: Gallimard, 1984, p. XXVI.
7. Ver BARRET-KRIEGEL Blandine. *Les académies d'histoire*. Paris: PUF, 1988, p. 8.
8. Ver NORA, Pierre, op. cit., p. XXVI.
9. Para se ter uma ideia, entre esses vultos, além do visconde de São Leopoldo e dos marechais Alvim Torres e Raimundo da Cunha Matos, que prestavam serviços à dinastia de Bragança desde o período joanino, há que se destacar dois grupos de políticos: o primeiro, formado por indivíduos da geração da Independência, compunha-se das figuras emblemáticas de Januário da Cunha Barbosa e de José Clemente Pereira, e de parla-

- mentares que haviam integrado a Assembleia Constituinte de 1823, como Caetano Lopes Gama, Cândido José de Araújo Viana e Francisco Gê de Acaiaba e Montezuma. O segundo grupo era constituído por figuras que ascenderam ao aparato de governo após a Abdicação, a exemplo de Aureliano de Sousa Coutinho, Joaquim Francisco Viana e Rodrigo de Sousa da Silva Pontes. Ver, GUIMARÃES, Lucia Maria P., op. cit., p. 481-482.
10. Cf. ALEMÃO, Francisco Freire. Proposta de criação da "Arca do Sigilo". *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 567, 1847.
 11. A expressão é de Eric Hobsbawm. Ver HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
 12. SOUTHEY, Robert. *History of Brazil*. Londres, 1810-1819, 3 v.; tradução portuguesa de L. J. Oliveira e Castro, anotada por Joaquim Caetano C. Fernandes Pinheiro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1862, 6 v.
 13. Ver BEAUCHAMP, Alphonse de. *Histoire du Brésil depuis sa découverte en 1500 jusqu' en 1810*. Paris: Aléxis Eymery, 1815, v. 3, p. 317.
 14. A primeira edição do *Compêndio*, publicado em dois volumes, data de 1843, e foi dedicada ao imperador d. Pedro II. No presente trabalho, utilizamos a edição condensada em formato pequeno, provavelmente de 1882. Ver LIMA, José Inácio Abreu e. *Compêndio de história do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, s.d., p. 169.
 15. Abreu e Lima identifica os seguintes precursores: Antônio Vieira, que levou a ideia a d. João IV, e antes dele um certo jesuíta, o padre Câmara, sugeriu-a ao rei d. Sebastião, ao invés da malograda expedição à África. No reinado de d. José I foi defendida por d. Luís da Cunha e pelo marquês de Pombal. A mesma proposta, segundo Abreu e Lima, aparece num plano de defesa elaborado pelo ministro inglês William Pitt (1759-1806), no final do século XVIII e publicado num opúsculo. Idem, ibidem, p. 169.
 16. Cf. NEVES, Lucia Maria B. Pereira das. *Alegrias e infortúnios dos súditos luso-brasileiros: a transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1807*. Palestra proferida no Arquivo Histórico Ultramarino, em 1º de março de 2007, no Ciclo de Conferências Ciência nos Trópicos.
 17. LIMA, José Inácio Abreu e, op. cit., p. 226.
 18. No presente trabalho utilizamos a 5ª edição integral – 6ª do tomo I. Ver VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*. Revisão e notas de Rodolfo Garcia. 5. ed. integral. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1956.
 19. Francisco Adolfo de Varnhagen nasceu em 17 de fevereiro de 1816, em Sorocaba, São Paulo, filho do engenheiro alemão coronel Frederico Luís Guilherme de Varnhagen e de d. Maria Flávia de Sá Magalhães, de nacionalidade portuguesa. Seu pai, um dos pioneiros da fundição de ferro no Brasil, aqui chegou em 1809, contratado para iniciar os trabalhos da fábrica de São João de Ipanema, onde permaneceria até 1821, quando resolveu retornar à Europa e fixar-se com a família em Portugal. Cf. Lucia Maria P. Guimarães, Francisco Adolfo de Varnhagen. In: Ronaldo Vainfas (dir.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 285-286.
 20. Ver GUIMARÃES, Lucia Maria P. Francisco Adolfo de Varnhagen: História geral do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. v. 2. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2004, p. 81.
 21. Cf. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*, tomo V, op. cit., p. 34.
 22. Idem, ibidem, p. 89-90.
 23. Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972 (1. ed.: 1935).
 24. Ver VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, op. cit., p. 150.
 25. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Carta de (...) ao imperador d. Pedro II, datada de Madri, 6 de maio de 1853. In: _____. *Correspondência ativa*. Coligida e anotada por Clado Ribeiro Lessa. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1961, p. 201.
 26. Frei Francisco de Montalverne apud VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*, op. cit., p. 89-90.

Recebido em 14/3/2009
Aprovado em 4/4/2009